

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	19
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>696.334</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>713</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
1	Ativo Total	3.740.755	3.923.721
1.01	Ativo Circulante	210.828	258.757
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.746	44.153
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.746	44.153
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.562	14.556
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.562	14.556
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	2.562	14.556
1.01.06	Tributos a Recuperar	539	571
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	539	571
1.01.07	Despesas Antecipadas	439	933
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	439	933
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	197.542	198.544
1.01.08.03	Outros	197.542	198.544
1.01.08.03.01	Outros Créditos	4.434	2.278
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	174.735	176.735
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	18.373	19.531
1.02	Ativo Não Circulante	3.529.927	3.664.964
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.702	14.955
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.702	14.955
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	5	5
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.697	11.695
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	0	3.255
1.02.02	Investimentos	3.512.169	3.645.175
1.02.02.01	Participações Societárias	3.512.169	3.645.175
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.511.142	3.644.020
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1.027	1.155
1.02.03	Imobilizado	3.881	3.892
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.881	3.892
1.02.04	Intangível	2.175	942
1.02.04.01	Intangíveis	2.175	942

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2	Passivo Total	3.740.755	3.923.721
2.01	Passivo Circulante	458.150	588.197
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.717	13.557
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.717	13.557
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.717	13.557
2.01.02	Fornecedores	1.156	500
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.156	500
2.01.02.01.01	Fornecedores	1.156	500
2.01.03	Obrigações Fiscais	121	104
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	121	104
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	121	104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	289.393	419.696
2.01.04.02	Debêntures	288.411	419.015
2.01.04.02.01	Debêntures	288.411	419.015
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	982	681
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamento	982	681
2.01.05	Outras Obrigações	154.763	154.340
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4	6
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4	6
2.01.05.02	Outros	154.759	154.334
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	135.283	135.283
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.468	1.337
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	2.566	2.566
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	15.442	15.148
2.02	Passivo Não Circulante	313.247	597.538
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	285.582	569.422
2.02.01.02	Debêntures	284.466	569.263
2.02.01.02.01	Debêntures	284.466	569.263
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.116	159
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamento	1.116	159
2.02.02	Outras Obrigações	27.655	28.107
2.02.02.02	Outros	27.655	28.107
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	27.655	28.107
2.02.04	Provisões	10	9
2.02.04.02	Outras Provisões	10	9
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	10	9
2.03	Patrimônio Líquido	2.969.358	2.737.986
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	621.913	621.913

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2.03.04.01	Reserva Legal	41.041	41.041
2.03.04.10	Orçamento de Capital	580.872	580.872
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	231.372	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	257.764	149.268
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.230	-10.141
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-128	106
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidadas	0	234
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-128	-128
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	269.122	159.303
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	269.122	159.303
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	257.764	149.268
3.06	Resultado Financeiro	-26.392	-36.519
3.06.01	Receitas Financeiras	2.015	1.543
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.407	-38.062
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	231.372	112.749
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	231.372	112.749
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	231.372	112.749
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,33261	0,16208
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,33261	0,16208

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	231.372	112.749
4.03	Resultado Abrangente do Período	231.372	112.749

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.367	-8.252
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-9.245	-9.004
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	231.372	112.749
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	612	621
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	27.994	37.070
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1	0
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	0	-1
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-524	-1.132
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-269.122	-159.303
6.01.01.17	Amortização de ágio	128	128
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	294	864
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.122	752
6.01.02.02	Tributos a recuperar	32	1.369
6.01.02.03	Despesas antecipadas	494	392
6.01.02.05	Outros créditos	-2.158	346
6.01.02.06	Fornecedores	656	859
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-840	-3.712
6.01.02.08	Partes relacionadas	-2	325
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	1.352
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-321	-179
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	420.771	81.555
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-160	-9
6.02.03	Aplicações financeiras	11.994	-1.660
6.02.05	Dividendos recebidos	314.000	79.000
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	0	-150
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	90.000	0
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	4.937	4.374
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-443.811	-71.263
6.03.02	Pagamento de debêntures e arrendamentos	-380.416	-183
6.03.03	Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	-63.395	-71.080
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.407	2.040
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.153	5.751
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.746	7.791



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	231.372	0	231.372
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	231.372	0	231.372
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	621.913	231.372	0	2.969.358

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.749	0	112.749
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.749	0	112.749
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	187.621	112.749	0	2.416.443

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.560	-3.547
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.560	-3.547
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.560	-3.547
7.04	Retenções	-740	-749
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-612	-621
7.04.02	Outras	-128	-128
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-128	-128
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.300	-4.296
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	271.137	161.080
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	269.122	159.303
7.06.02	Receitas Financeiras	2.015	1.543
7.06.03	Outros	0	234
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	0	234
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	267.837	156.784
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	267.837	156.784
7.08.01	Pessoal	7.923	5.923
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.531	5.531
7.08.01.02	Benefícios	247	247
7.08.01.03	F.G.T.S.	145	145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.542	38.112
7.08.03.01	Juros	27.655	36.704
7.08.03.02	Aluguéis	135	50
7.08.03.03	Outras	752	1.358
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	231.372	112.749
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	231.372	112.749

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
1	Ativo Total	27.522.407	25.959.901
1.01	Ativo Circulante	6.133.662	5.185.647
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.370.780	3.524.241
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.370.780	3.524.241
1.01.02	Aplicações Financeiras	966.155	898.073
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	966.155	898.073
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	73.274	100.814
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	892.881	797.259
1.01.03	Contas a Receber	509.517	480.695
1.01.03.01	Clientes	509.517	480.695
1.01.06	Tributos a Recuperar	92.420	102.755
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	92.420	102.755
1.01.07	Despesas Antecipadas	27.322	16.853
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	27.322	16.853
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	167.468	163.030
1.01.08.03	Outros	167.468	163.030
1.01.08.03.01	Outros créditos	148.590	142.994
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	5	5
1.01.08.03.05	Outros créditos - venda participação	18.873	20.031
1.02	Ativo Não Circulante	21.388.745	20.774.254
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.422.168	2.358.387
1.02.01.07	Tributos Diferidos	359.508	364.996
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	359.508	364.996
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	11	19
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.062.649	1.993.372
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	178.082	175.980
1.02.01.10.04	Outros créditos	69.712	48.835
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	137.425	137.952
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda Participação	0	3.255
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	309.778	313.585
1.02.01.10.09	Outros créditos - Conta reserva - Poder Concedente	1.367.652	1.313.765
1.02.03	Imobilizado	448.097	436.161
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	448.097	436.161
1.02.04	Intangível	18.518.480	17.979.706
1.02.04.01	Intangíveis	18.518.480	17.979.706

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2	Passivo Total	27.522.407	25.959.901
2.01	Passivo Circulante	6.414.756	5.279.172
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	149.768	138.850
2.01.01.01	Obrigações Sociais	149.768	138.850
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	149.768	138.850
2.01.02	Fornecedores	326.373	457.500
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	326.373	457.500
2.01.02.01.01	Fornecedores	326.062	457.500
2.01.02.01.02	Risco sacado	311	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	252.686	258.419
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	252.686	258.419
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	164.121	158.019
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	88.565	100.400
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.069.826	3.709.547
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	131.707	126.103
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	131.707	126.103
2.01.04.02	Debêntures	4.864.276	3.512.589
2.01.04.02.01	Debêntures	4.864.276	3.512.589
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	73.843	70.855
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamento	73.843	70.855
2.01.05	Outras Obrigações	492.033	573.003
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	51.240	108.847
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	51.240	108.847
2.01.05.02	Outros	440.793	464.156
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	137.813	137.813
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	107.426	131.600
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	139.554	137.630
2.01.05.02.07	Contas a pagar - Aquisição de empresas	4.897	5.556
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	13.955	13.692
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	37.148	37.865
2.01.06	Provisões	124.070	141.853
2.01.06.02	Outras Provisões	124.070	141.853
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	79.328	95.295
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	44.742	46.558
2.02	Passivo Não Circulante	17.883.829	17.694.469
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.533.989	14.445.382
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.324.617	2.336.495
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.324.617	2.336.495
2.02.01.02	Debêntures	12.085.668	11.991.483
2.02.01.02.01	Debêntures	12.085.668	11.991.483
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	123.704	117.404
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamento	123.704	117.404
2.02.02	Outras Obrigações	2.617.919	2.542.027
2.02.02.02	Outros	2.617.919	2.542.027
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	2.270.194	2.186.342

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	245.414	232.885
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	2.586	4.948
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	898	898
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	98.827	116.954
2.02.03	Tributos Diferidos	121.146	105.322
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	121.146	105.322
2.02.04	Provisões	610.775	601.738
2.02.04.02	Outras Provisões	610.775	601.738
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	229.441	228.428
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	20.304	17.499
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	361.030	355.811
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.223.822	2.986.260
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	621.913	621.913
2.03.04.01	Reserva Legal	41.041	41.041
2.03.04.10	Orçamento de Capital	580.872	580.872
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	231.372	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	254.464	248.274

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.126.716	1.604.337
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.194.091	-954.472
3.03	Resultado Bruto	932.625	649.865
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-86.575	-48.167
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-86.837	-73.563
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	262	25.396
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidadas	262	25.396
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	846.050	601.698
3.06	Resultado Financeiro	-412.559	-343.062
3.06.01	Receitas Financeiras	129.483	78.412
3.06.02	Despesas Financeiras	-542.042	-421.474
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	433.491	258.636
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-195.929	-145.604
3.08.01	Corrente	-174.617	-120.720
3.08.02	Diferido	-21.312	-24.884
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	237.562	113.032
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	237.562	113.032
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	231.372	112.749
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.190	283
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,33261	0,16208
3.99.01.02	ON	0,33261	0,16208
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,33261	0,16208
3.99.02.02	ON	0,33261	0,16208

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	237.562	113.032
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	237.562	113.032
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	231.372	112.749
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.190	283



**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	740.485	615.369
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.269.973	887.219
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	237.562	113.032
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	216.825	183.363
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	18.059	4.218
6.01.01.05	Capitalização de juros	-117.910	-77.105
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	588.837	416.899
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	23.124	40.689
6.01.01.08	Provisão e atualização da provisão para manutenção	33.144	24.901
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2.102	-222
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com Poder Concedente	69.415	68.275
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1.917	-2.413
6.01.01.12	Tributos diferidos	21.312	24.884
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	174.617	120.720
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-5.775	-4.945
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação e equivalencia patrimonial	-266	-391
6.01.01.17	Atualização monetária e Provisão Outras Contas a Pagar	1.447	0
6.01.01.18	Provisão direito reequilíbrio Ecosul	0	-11.431
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	5.590	946
6.01.01.20	Atualização monetária Ativo sujeito a indenização	3.807	-14.201
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-529.488	-271.850
6.01.02.01	Clientes	-30.924	-56.284
6.01.02.02	Tributos a recuperar	10.335	5.673
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-10.461	4.799
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-185	-3.744
6.01.02.05	Outros créditos	-26.473	-24.885
6.01.02.06	Fornecedores e risco sacado	-131.127	-36.566
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	10.918	-22.480
6.01.02.08	Partes relacionadas	-57.607	-15.579
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-11.835	8.186
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-17.905	-5.536
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-47.109	-25.609
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-37.435	-30.686
6.01.02.13	Outras contas a pagar	13.006	13.000
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-168.515	-58.866
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores / Não Persecução Cível - ANPC	-24.171	-23.273
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-696.828	-740.807
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-41.324	-31.510
6.02.02	Aquisição de intangível	-598.661	-476.965

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
6.02.03	Aplicações financeiras	-95.622	-261.791
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	33.842	25.085
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	4.937	4.374
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	802.882	496.402
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-423.116	-62.961
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-326.668	-303.539
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.582.134	890.841
6.03.05	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-26.189	-24.801
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	-3.279	-3.138
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	846.539	370.964
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.524.241	1.379.459
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.370.780	1.750.423

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986	248.274	2.986.260
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986	248.274	2.986.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	231.372	0	231.372	6.190	237.562
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	231.372	0	231.372	6.190	237.562
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	621.913	231.372	0	2.969.358	254.464	3.223.822

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694	214.986	2.518.680
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694	214.986	2.518.680
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.749	0	112.749	283	113.032
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.749	0	112.749	283	113.032
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	187.621	112.749	0	2.416.443	215.269	2.631.712

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
7.01	Receitas	2.300.527	1.788.660
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.666.612	1.286.142
7.01.02	Outras Receitas	28.868	28.081
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	605.047	474.437
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-915.095	-753.861
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-866.817	-671.719
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.182	-28.837
7.02.04	Outros	-13.096	-53.305
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.385.432	1.034.799
7.04	Retenções	-216.825	-183.363
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-216.825	-183.363
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.168.607	851.436
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	129.745	103.808
7.06.02	Receitas Financeiras	129.483	78.412
7.06.03	Outros	262	25.396
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	262	25.396
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.298.352	955.244
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.298.352	955.244
7.08.01	Pessoal	155.263	135.794
7.08.01.01	Remuneração Direta	125.346	105.877
7.08.01.02	Benefícios	23.388	23.388
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.529	6.529
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	356.644	276.622
7.08.02.01	Federais	272.270	210.632
7.08.02.03	Municipais	84.374	65.990
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	548.883	429.796
7.08.03.01	Juros	328.333	233.367
7.08.03.02	Aluguéis	6.841	8.322
7.08.03.03	Outras	213.709	188.107
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	237.562	113.032
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	231.372	112.749
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.190	283

## Comentário do Desempenho

### Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	1T24	1T23	Var.
Concessões Rodoviárias	1.577,9	1.131,7	39,4%
Receita de Construção	605,0	474,4	27,5%
Ecoporto Santos	100,6	170,7	-41,1%
Ecopátio Cubatão	16,4	10,9	50,2%
Serviços	114,5	95,3	20,1%
Eliminações	(114,0)	(94,4)	20,7%
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>2.300,5</b>	<b>1.788,7</b>	<b>28,6%</b>
(-) Receita de Construção	(605,0)	(474,4)	27,5%
<b>RECEITA BRUTA AJUSTADA<sup>1</sup></b>	<b>1.695,5</b>	<b>1.314,2</b>	<b>29,0%</b>

1) Exclui Receita de Construção.

**A receita bruta ajustada**, excluindo a receita de construção, atingiu R\$1.695,5 milhões no 1T24 (+29,0%), devido ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas (parcialmente em setembro/22, março/23, outubro/23 e dezembro/23) e EcoNoroeste (parcialmente em maio/23). **A receita bruta comparável**, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste, apresentou aumento de 4,7% no 1T24 devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio. O início da cobrança de pedágio pela EcoNoroeste no trecho atualmente em operação pela TEBE está previsto para março/2025, cuja representatividade da receita de pedágio total prevista da concessionária é de aproximadamente 20%.

**Concessões rodoviárias:** R\$1.577,9 milhões no 1T24 (+39,4%) devido ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste. **A receita bruta comparável**, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste, apresentou aumento de 11,7% no 1T24, devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

**Ecoporto Santos:** R\$100,6 milhões no 1T24 (-41,1%) devido à redução das operações, em função do encerramento do contrato de arrendamento, previsto, atualmente, para junho/24.

**Ecopátio Cubatão:** R\$16,4 milhões no 1T24 (+50,2%) devido, principalmente, ao crescimento das operações.

### Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	1T24	1T23	Var.
Pessoal	155,3	135,8	14,3%
Conservação e Manutenção	76,8	43,9	75,0%
Serviços de Terceiros	96,6	76,8	25,8%
Seguros, Poder Concedente e Locações	51,4	46,2	11,1%
Outros	53,1	48,0	10,6%
<b>CUSTOS CAIXA</b>	<b>433,2</b>	<b>350,7</b>	<b>23,5%</b>
<b>CUSTOS CAIXA AJUSTADO<sup>1</sup></b>	<b>335,6</b>	<b>323,5</b>	<b>3,8%</b>
Custo de Construção de Obras	605,0	474,4	27,5%
Provisão para Manutenção	25,9	19,5	32,5%
Depreciação e Amortização	216,8	183,4	18,2%
<b>CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>1.280,9</b>	<b>1.028,0</b>	<b>24,6%</b>

1) Exclui custos e despesas da Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar, EcoRioMinas e EcoNoroeste.

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$1.280,9 milhões no 1T24 (+24,6%) devido, principalmente, ao aumento em custo de construção (não-caixa) e depreciação e

## Comentário do Desempenho

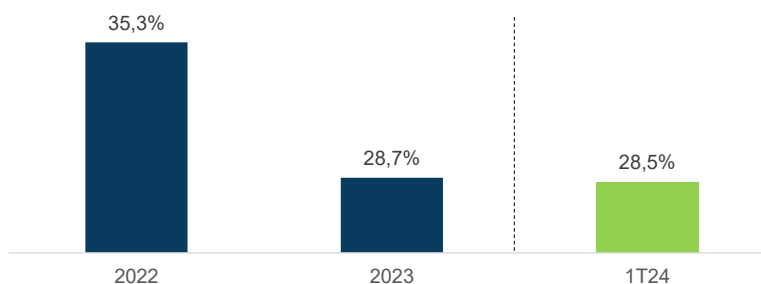
amortização. Os custos caixa, desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, atingiram R\$433,2 milhões no 1T24 (+23,5%) devido, principalmente, ao início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste.

**Os custos caixa ajustado**, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste, **totalizaram R\$335,6 milhões no 1T24 (+3,8%)** devido, principalmente, ao incremento em Conservação e Manutenção, bem como **inferior à inflação dos últimos 12 meses (IPCA: 3,93%)**.

### Gestão eficiente de custos e despesas – Programa EcoRodovias Value Agenda (EVA)

Em 2022, a EcoRodovias iniciou o Programa EcoRodovias Value Agenda (EVA) com o objetivo de revisar e aprimorar o modelo organizacional e identificar oportunidades de eficiência operacional. Desde o início do programa, a Companhia consolidou a **sinergia entre as estruturas organizacionais** das concessões localizadas na **região de São Paulo** (Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas e EcoNoroeste), **Minas Gerais** (Eco050 e Ecovias do Cerrado) e **Rio de Janeiro** (Ecoponte e EcoRioMinas). Adicionalmente, desenvolveu a **eficiência operacional** pelo aumento da produtividade na gestão das operações, por meio da automatização dos meios de pagamento de pedágio (autoatendimento, cartões de débito/crédito, carteiras digitais e arrecadação por meio eletrônico – AVI). No 1T24, a arrecadação de pedágio por autoatendimento, meio digitais e meio eletrônico atingiu, pela primeira vez, 80,3% da arrecadação total de pedágio. Ainda, pela ótica da **eficiência operacional**, realizou a **transformação digital**, pela automatização de processos internos e externos, por meio do RH Digital, otimização dos contratos de conservação e manutenção das rodovias, terceirização de contratos de serviços *non-core* nas áreas suporte de engenharia, suprimentos e tecnologia e pelo pioneirismo na implantação do MDF-e (Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais), para cobrança de eixos-suspensos de caminhões não-vazios.

#### Custo caixa / Receita Líquida ajustada (%)



Portanto, de acordo com a estratégia da Companhia descrita pelo Programa EcoRodovias Value Agenda (EVA), entre o 1T24 e 2022, a EcoRodovias apresentou uma redução de 9,8 p.p. considerando o custo caixa em relação à receita líquida ajustada.

Cabe ainda, à Companhia, realizar sob o enfoque da **eficiência operacional**, o cumprimento do contrato de concessão da **EcoNoroeste** em converter, gradualmente, as dez praças de pedágio pelo **sistema automático livre (multi-lane free flow)** entre o 2º e o 7º ano de operação (2025-2030), com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego e reduzir a poluição ambiental, com risco de evasão assumido integralmente pelo Poder Concedente. Adicionalmente, na **Ecopistas**, em parceria com a Artesp, a Companhia está conduzindo um projeto piloto para a implantação do sistema *multi-lane free flow* nas rodovias estaduais de São Paulo e na **Ecoponte**, em parceria com a ANTT, para verificar a eficiência operacional na Ponte Rio-Niterói. Pelo sistema *multi-lane free flow*, a cobrança de pedágio poderá ser realizada de acordo com os trechos percorridos, tornando a tarifa mais acessível para deslocamentos menores, assim como, permitir a cobrança de tarifas diferenciadas por horário.

## Comentário do Desempenho

A EcoRodovias destaca a implantação de teste de sistema para pesagem de caminhões na velocidade da rodovia (**HS-WIM – High Speed Weight in Motion**), em fase experimental, na **Ecovias do Cerrado** em substituição aos postos de pesagem veiculares fixos e está em estudo, pelo Poder Concedente, a utilização da tecnologia pela **EcoNoroeste, EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia**. O sistema HS-WIM  **aumenta a eficiência operacional**, uma vez que garante a pesagem de 100% dos veículos pesados que trafegam pela rodovia, dessa forma, inibindo o tráfego de veículos que trafegam irregularmente com excesso de peso por meio da redistribuição da carga excedente para um número maior de eixos/veículos pesados, resultando no menor desgaste do pavimento, aumento da fluidez e da segurança aos usuários. Atualmente, os postos fixos de pesagem não apresentam a mesma eficiência, visto que em rodovias com maior fluxo de veículos, a pesagem ocorre de forma seletiva, para não ocasionar excesso de filas e congestionamentos. A implantação do sistema HS-WIM, em substituição aos postos fixos de pesagem, permite a redução de custos e despesas de operação e manutenção, assim como, o investimento (*capex*) em postos de pesagem fixos.

Logo, o Programa EcoRodovias Value Agenda (EVA) ainda tem iniciativas em desenvolvimento para contribuir com a gestão eficiente de custos e despesas da Companhia.

### Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	1T24	1T23	Var.
Concessões Rodoviárias	390,8	296,9	31,6%
Ecoporto Santos	62,2	64,6	-3,7%
Ecopátio Cubatão	5,6	4,2	34,1%
Serviços e Holding	83,0	75,5	9,9%
Eliminações	(108,5)	(90,5)	19,9%
<b>CUSTOS CAIXA</b>	<b>433,2</b>	<b>350,7</b>	<b>23,5%</b>
<b>CUSTOS CAIXA AJUSTADO<sup>1</sup></b>	<b>335,6</b>	<b>323,5</b>	<b>3,8%</b>
Custo de Construção de Obras	605,0	474,4	27,5%
Provisão para Manutenção	25,9	19,5	32,5%
Depreciação e Amortização	216,8	183,4	18,2%
<b>CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>1.280,9</b>	<b>1.028,0</b>	<b>24,6%</b>

1) Exclui custos e despesas da Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar, EcoRioMinas e EcoNoroeste.

Os custos caixa das concessões rodoviárias totalizaram R\$390,8 milhões no 1T24 (+31,6%). Os custos caixa ajustado, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste, totalizaram R\$284,5 milhões no 1T24 (+6,3%) devido, principalmente, ao aumento em Conservação e Manutenção e Serviços de Terceiros.

Os custos caixa do Ecoporto totalizaram R\$62,2 milhões no 1T24 (-3,7%) devido à redução das operações, em função do encerramento do contrato de arrendamento, previsto, atualmente, para junho/24.

Os custos caixa do Ecopátio Cubatão totalizaram R\$5,6 milhões no 1T24 (+34,1%) devido, principalmente, ao incremento em Pessoal (mão de obra temporária), em função do crescimento das operações.

Os custos caixa de Serviços e Holding totalizaram R\$83,0 milhões no 1T24 (+9,9%) devido, principalmente, ao incremento em Pessoal, em função do acordo coletivo de trabalho e da provisão do Programa de Participação nos Resultados – PPR de 2023.



## Comentário do Desempenho

### Outras receitas/despesas

#### Alienação de ativo (terreno)

No 1T23, a Companhia realizou a alienação de terreno no valor de R\$25,0 milhões e a contabilização em outras receitas.

### EBITDA Ajustado

EBITDA (em milhões de R\$)	1T24	1T23	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	231,4	112,7	105,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	6,2	0,3	n.m.
<b>Lucro Líquido</b>	<b>237,6</b>	<b>113,0</b>	<b>110,2%</b>
(+) Depreciação e Amortização	216,8	183,4	18,2%
(+) Resultado Financeiro	412,6	343,1	20,3%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	195,9	145,6	34,6%
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>1.062,9</b>	<b>785,1</b>	<b>35,4%</b>
(+) Provisão para Manutenção	25,9	19,5	32,5%
<b>EBITDA AJUSTADO<sup>2</sup></b>	<b>1.088,8</b>	<b>804,6</b>	<b>35,3%</b>
<b>MARGEM EBITDA AJUSTADA<sup>2</sup></b>	<b>71,5%</b>	<b>71,2%</b>	<b>0,3 p.p.</b>

1) EBITDA calculado conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

O EBITDA ajustado atingiu R\$1.088,8 milhões no 1T24 (+35,3%) e a margem EBITDA ajustada, 71,5%, desconsiderando a receita e o custo de construção e a provisão para manutenção, devido ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste. **Destaque para a margem EBITDA ajustada das concessões rodoviárias no 1T24: 72,9%**. O EBITDA comparável, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste, apresentou aumento de 8,6% no 1T24, devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

### EBITDA Ajustado por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	1T24	Margem	1T23	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias <sup>1</sup>	1.053,3	72,9%	738,5	71,3%	42,6%
Ecoporto Santos	12,4	16,6%	29,9	31,7%	-58,5%
Serviços e Holding <sup>2</sup>	14,5	14,1%	30,5	35,7%	-52,4%
Ecopátio Cubatão	8,5	60,3%	5,8	61,3%	48,0%
<b>EBITDA AJUSTADO<sup>1</sup></b>	<b>1.088,8</b>	<b>71,5%</b>	<b>804,6</b>	<b>71,2%</b>	<b>35,3%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA<sup>3</sup></b>	<b>1.521,7</b>		<b>1.129,9</b>		<b>34,7%</b>

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Considera a alienação de terreno no valor de R\$25,0 milhões no 1T23.

3) Exclui Receita de Construção.

## Comentário do Desempenho

### Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	1T24	1T23	Var.
Juros sobre Debêntures	(395,6)	(268,2)	47,5%
Varição Monetária sobre Debêntures	(115,2)	(87,4)	31,8%
Juros sobre Financiamentos	(46,0)	(37,9)	21,3%
Efeitos financeiros sobre Direito de Outorga	(32,5)	(37,5)	-13,3%
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(14,5)	(13,3)	8,6%
Receitas de Aplicações Financeiras	124,7	48,0	159,6%
Ajuste a Valor Presente	(7,3)	(5,4)	35,2%
Outros Efeitos Financeiros	76,8	34,8	120,6%
Varição monetária de ativo sujeito à indenização	(2,9)	23,8	n.m.
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(412,6)</b>	<b>(343,1)</b>	<b>20,3%</b>

O resultado financeiro apresentou aumento de R\$69,5 milhões no 1T24 (+20,3%).

Abaixo, as principais variações entre os trimestres:

- Juros sobre debêntures:** aumento de R\$127,4 milhões devido ao incremento do endividamento em debêntures.
- Varição monetária sobre debêntures:** incremento de R\$27,8 milhões em função do aumento do endividamento em debêntures.
- Juros sobre financiamentos:** aumento de R\$8,1 milhões devido ao desembolso do empréstimo do BNDES e BASA para a Ecovias do Araguaia.
- Efeitos financeiros sobre direito de outorga:** redução de R\$5,0 milhões (não-caixa) devido à variação do IPCA.
- Receita de aplicações financeiras:** aumento de R\$76,7 milhões em função do incremento do saldo médio de caixa no 1T24.
- Outros efeitos financeiros:** variação devido, principalmente, ao aumento dos juros capitalizados.
- Varição monetária de ativo sujeito à indenização:** refere-se ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos do Ecoporto. No 1T24, a redução deve-se, principalmente, à alteração do cálculo de atualização monetária, que a partir de julho/23, desconsidera o WACC (IGP-M +10% a.a.) e mantém somente a atualização pelo IGP-M, em razão do encerramento do contrato de arrendamento previsto, inicialmente, para junho/23.

Os juros pagos totalizaram R\$326,7 milhões no 1T24 (+7,6%).

### Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$195,9 milhões no 1T24 (+R\$50,3 milhões).

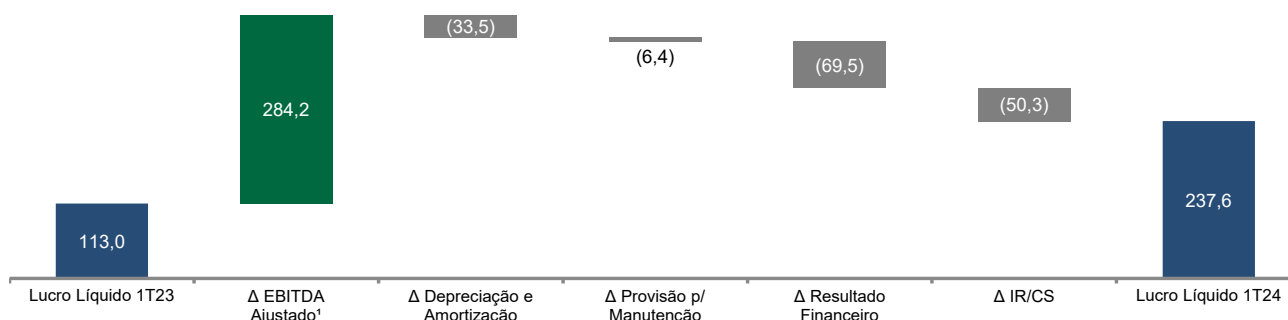
Os impostos pagos totalizaram R\$168,5 milhões no 1T24 (+186,3%).

### Lucro (Prejuízo) Líquido

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO (em milhões de R\$)	1T24	1T23	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	231,4	112,7	105,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	6,2	0,3	n.m.
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>237,6</b>	<b>113,0</b>	<b>110,2%</b>

## Comentário do Desempenho

### Evolução do Lucro Líquido (em milhões de R\$)



O lucro líquido totalizou R\$237,6 milhões no 1T24 (+110,2%) devido, principalmente, ao aumento do EBITDA ajustado.

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

### Endividamento e Disponibilidade Financeira

A dívida bruta atingiu R\$19.406,3 milhões em março de 2024, aumento de 8,0% em relação a dezembro/23 devido, principalmente, à 6ª emissão de debêntures da Ecovias dos Imigrantes, em março, no valor de R\$1.630,0 milhões. No anexo V da página 26, encontra-se a tabela de endividamento.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo totalizou R\$5.474,4 milhões em março de 2024, aumento de 20,0% em relação ao saldo de dezembro/23.

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado encerrou março de 2024 em 3,4x, redução de 0,1x em relação a dezembro/23.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	31/03/2024	31/12/2023	Var.
Curto Prazo	4.996,0	3.638,7	37,3%
Longo Prazo	14.410,3	14.328,0	0,6%
Dívida Bruta Total <sup>1</sup>	19.406,3	17.966,7	8,0%
(-) Caixa e equivalentes	5.474,4	4.560,3	20,0%
Dívida Líquida	13.931,9	13.406,4	3,9%
<b>DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA Ajustado<sup>2</sup> UDM<sup>3</sup></b>	<b>3,4x</b>	<b>3,5x</b>	<b>-0,1x</b>

1) Não considera as Obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.

2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

3) UDM = últimos 12 meses.

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da EcoRodovias Concessões e Serviços ("ECS") encerrou março/24 em 3,3x, estável em relação a dezembro/23.

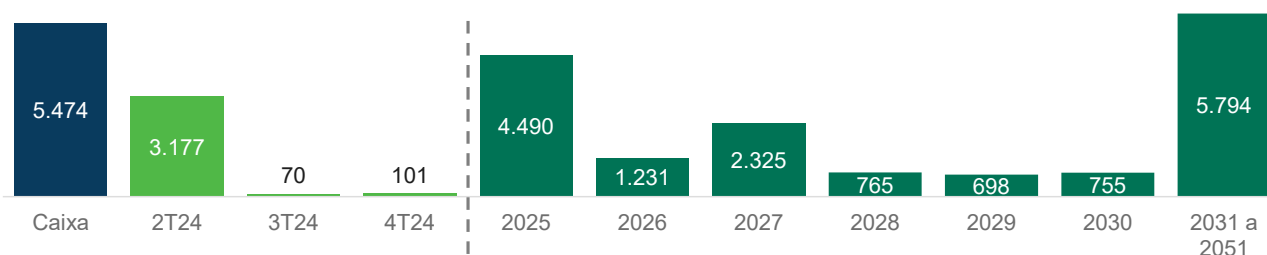
### Cronograma de amortização da dívida bruta (em milhões de R\$) em 31/03/2024:

No 2T24, os vencimentos totalizam R\$3.177,0 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias (R\$1.866,0 milhões), sendo na Ecovias dos Imigrantes (R\$1.442,6 milhões), Ecosul (R\$246,3 milhões), EcoNoroeste (R\$110,2 milhões) e outras (R\$66,9 milhões) e entre a holding/subholdings (R\$1.311,0 milhões), sendo na EcoRodovias Concessões e Serviços (R\$1.222,4 milhões) e outras (R\$88,5 milhões). No 3T24, os vencimentos totalizam R\$70,4 milhões e no 4T24, R\$100,9 milhões. Os recursos estão disponíveis para pagamento nos vencimentos previstos.

## Comentário do Desempenho

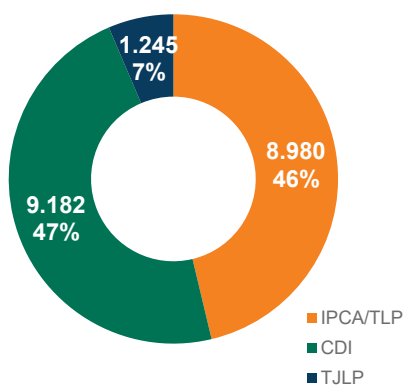
Em 2025, os vencimentos totalizam R\$4.490,1 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias (R\$3.848,0 milhões), sendo na EcoNoroeste (R\$2.193,2 milhões), Ecovias dos Imigrantes (R\$893,0 milhões), EcoRioMinas (R\$427,9 milhões) e outras (R\$333,9 milhões) e entre a *holding/subholding* (R\$642,1 milhões), sendo na EcoRodovias Infraestrutura e Logística (R\$284,5 milhões), EcoRodovias Concessões e Serviços (R\$278,4 milhões) e Holding do Araguaia (R\$79,2 milhões).

Em 31/03/2024, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$5.474,4 milhões, 1,6x os vencimentos de 2024: R\$3.348,3 milhões.

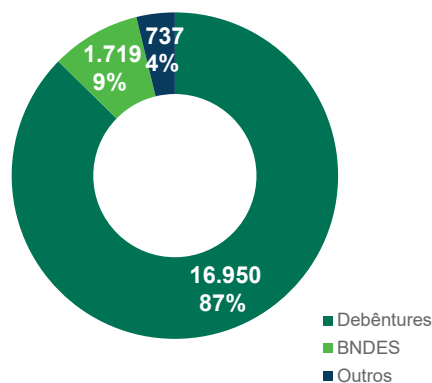


**Dívida Bruta – 31/03/2024**  
por indexador (em R\$ milhões e %)

e %)



**Dívida Bruta – 31/03/2024**  
por instrumento (em R\$ milhões)

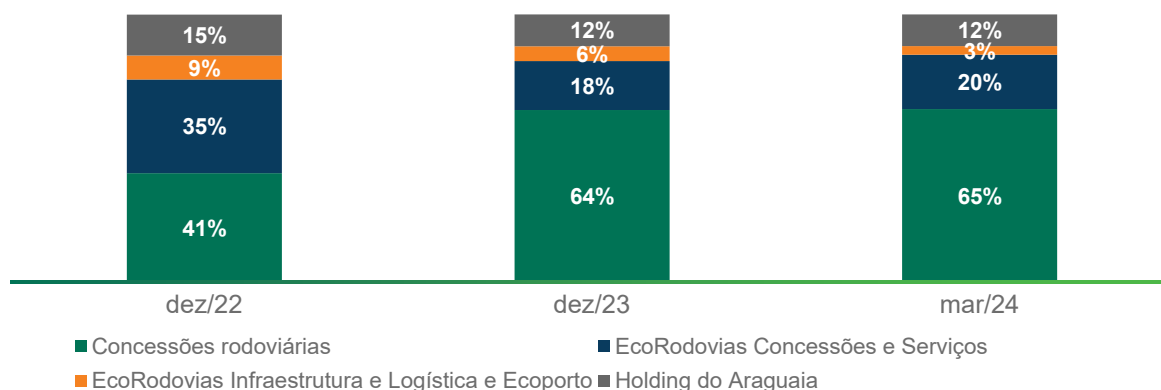


### Liability management

(Alocação da dívida líquida)

Em 2023, a EcoRodovias otimizou a estrutura de capital aumentando a participação da dívida nas concessões rodoviárias. No 1T24, a dívida líquida das concessões rodoviárias atingiu 65% da dívida líquida consolidada (+24 p.p. vs. dez/22) e das *holdings*, 35%.

## Comentário do Desempenho



### Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX (em milhões de R\$)	Intangível / Imobilizado	1T24		Total
		Custos de Manutenção / Provisão de Obras		
<b>Concessões Rodoviárias</b>	<b>714,3</b>	<b>47,1</b>		<b>761,5</b>
Ecovias dos Imigrantes	52,6	6,4		59,0
Ecopistas	26,2	6,4		32,7
Ecosul	7,9	2,8		10,7
Eco101	64,2	16,0		80,3
Ecoponte	13,2	0,9		14,0
Eco135	129,5	4,1		133,6
Eco050	64,0	10,6		74,6
Ecovias do Cerrado	90,1	-		90,1
Ecovias do Araguaia	42,5	-		42,5
EcoRioMinas	117,3	-		117,3
EcoNoroeste	106,8	-		106,8
<b>Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão</b>	<b>2,6</b>	<b>-</b>		<b>2,6</b>
<b>Outros<sup>1</sup></b>	<b>46,3</b>	<b>-</b>		<b>46,3</b>
<b>Eliminações</b>	<b>(5,4)</b>	<b>-</b>		<b>(5,4)</b>
<b>CAPEX</b>	<b>757,9</b>	<b>47,1</b>		<b>805,0</b>

1) Considera Serviços e Holding e a capitalização de encargos financeiros do financiamento da Holding do Araguaia.

O capex realizado totalizou R\$805,0 milhões no 1T24 e destinaram-se, principalmente, à: obras de duplicação e ampliação de capacidade na **Eco135 e Eco101**, obras de ampliação de capacidade na **Ecovias do Cerrado**, conservação especial de pavimento na **Eco135, Eco101, Ecovias do Cerrado, EcoRioMinas e EcoNoroeste** e implantação de prédios operacionais na **EcoRioMinas e EcoNoroeste**.

Em abril/24, a **Ecovias do Cerrado** entregou as obras do Trevão de Monte Alegre de Minas, localizado no entroncamento da BR-365 e a BR-153, no Triângulo Mineiro. As obras incluíram, principalmente, duplicações, a construção de quatro alças de acesso, dois viadutos e duas pontes. O Trevão foi implementado em um ponto de interseção importante para a região, numa rota de escoamento de produtos agrícolas e industriais, que anteriormente contava com uma rotatória subdimensionada para o atual volume de tráfego.

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura”, “Companhia” ou “EIL”) é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionados às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui onze concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) distribuídos em oito estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP. A controladora final do Grupo EcoRodovias, é a Aurélia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália.

As controladas diretas e indiretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias”) estão sumarizadas na Nota 11.

Em 07 de maio de 2024, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Informações Trimestrais e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 08 de maio de 2024.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*” e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023”), publicadas no dia 14 de março de 2024 no jornal Valor Econômico (versão impressa e on-line) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm), [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br) e [www.ecorodovias.com/ri](http://www.ecorodovias.com/ri).

### 3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A Administração da Companhia, avaliou as novas normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2024, e concluiu que não há impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia.

### 4. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período findo em 31 de março de 2024, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

## Notas Explicativas

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	8	8	29.425	46.222
Equivalentes de caixa:				
Fundo de investimento (a)	9.537	43.995	3.323.815	2.409.739
Operações compromissadas (b)	-	-	36.896	166.843
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	954.144	870.507
Aplicações automáticas (d)	201	150	26.500	30.930
	<u>9.746</u>	<u>44.153</u>	<u>4.370.780</u>	<u>3.524.241</u>

- (a) Em 31 de março de 2024 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 78,8% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 21,2% aplicações em Cotas de Fundos. (Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de março de 2024 (102,8% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 89,2% do CDI em 31 de março de 2024 (93,1% em 31 de dezembro de 2023), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 102,4% do CDI em 31 de março de 2024 (101,4% em 31 de dezembro de 2023), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

O aumento nos saldos de “Caixa e equivalentes de caixa”, deve-se principalmente às novas emissões de debêntures, conforme evidenciados na Nota 16.

### 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Cotas Fundo BTG CDB Plus (a)	2.516	14.264	876.436	781.224
Cotas Fundo – FIDC_ECO (b)	46	292	16.445	16.035
	<u>2.562</u>	<u>14.556</u>	<u>892.881</u>	<u>797.259</u>

- (a) Em 31 de março de 2024, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitidas pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remuneradas à taxa média ponderada de 103,4% do CDI (102,8% em 31 de dezembro de 2023), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária.
- (b) Em 31 de março de 2024, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC\_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

**Notas Explicativas****7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO**

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundo de investimento	147.986	184.184
Certificado de depósito bancário (CDB)	61.481	53.257
Conta corrente – Reserva	1.232	1.325
	<u>210.699</u>	<u>238.766</u>
Circulante	73.274	100.814
Não circulante	137.425	137.952

Em 31 de março de 2024, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

**8. CLIENTES - CONSOLIDADO**

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pedágio eletrônico	409.088	385.456
Receitas acessórias	14.683	12.116
Recebíveis de portos	23.663	20.094
Outras contas a receber	50.865	45.746
Venda de terrenos e fibra óptica	20.453	24.416
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(9.235)	(7.133)
	<u>509.517</u>	<u>480.695</u>

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	506.406	477.009
Vencidos:		
Até 30 dias	4.803	4.859
De 31 a 90 dias	1.307	918
De 90 a 120 dias	471	176
Acima de 120 dias	5.765	4.866
	<u>518.752</u>	<u>487.828</u>

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Saldo no início do período	(7.133)	(7.553)
Valores recuperados	1.551	2.629
Constituição de PECLD	(3.653)	(2.407)
Saldo no fim do período	<u>(9.235)</u>	<u>(7.331)</u>



**Notas Explicativas****9. OUTROS CRÉDITOS – CONSOLIDADO**a) Outros Créditos poder concedente

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ecovias do Araguaia	1.349.016	1.301.050
EcoRioMinas	14.201	7.999
EcoNoroeste	4.435	4.716
	<u>1.367.652</u>	<u>1.313.765</u>

b) Ativo sujeito a indenização

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo financeiro	309.778	313.585
Residual Ativo Imobilizado	16	19
	<u>309.794</u>	<u>313.604</u>

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A natureza dos depósitos judiciais é:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Natureza:</u>				
Cível (a)	-	-	13.119	20.305
Tributário	-	-	5.648	5.597
Trabalhista	5	5	12.984	13.329
Desapropriações	-	-	27.616	27.316
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	-	-	96.512	95.339
Órgão Regulador (a)	-	-	22.203	14.094
	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>178.082</u>	<u>175.980</u>

(a) No período findo em 31 de março de 2024, as controladas Ecovias e Ecopistas revisaram a natureza de seus depósitos judiciais e identificaram a necessidade de reclassificação de R\$7.941, entre as rubricas “Cível” e “Órgão regulador”.

## Notas Explicativas

### 11. INVESTIMENTOS

#### a) Controladora

	<u>31/12/2023</u>	<u>Dividendos proposto</u>	<u>Redução de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/03/2024</u>
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	3.207.489	(312.000)	-	260.383	3.155.872
Ecoporto Santos S.A.	372.858	-	(90.000)	2.480	285.338
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	12.611	-	-	459	13.070
EIL 01 Participações S.A.	402	-	-	7	409
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-
EIL06 S.A.	9	-	-	-	9
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	51.386	-	-	5.779	57.165
Lucros não realizados - Eco101	(735)	-	-	14	(721)
	<u>3.644.020</u>	<u>(312.000)</u>	<u>(90.000)</u>	<u>269.122</u>	<u>3.511.142</u>

- b) Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2024</u>
Ágio – Ecosul	1.155	(128)	1.027
	<u>1.155</u>	<u>(128)</u>	<u>1.027</u>

- c) Dividendos a receber:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>31/03/2024</u>
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	176.712	312.000	(314.000)	174.712
EIL-01 Participações S.A.	23	-	-	23
	<u>176.735</u>	<u>312.000</u>	<u>(314.000)</u>	<u>174.735</u>

**Notas Explicativas**

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de março de 2024:

	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do período
<u>Controladas diretas</u>					
EIL 01 Participações S.A.	434	24	410	-	7
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	8.229.138	5.073.265	3.155.872	102.569	260.383
Ecoporto Santos S.A.	511.317	225.979	285.338	62.874	2.480
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	55.557	42.486	13.071	11.692	460
EIL 04 S.A.	-	-	-	-	-
EIL 06 S.A.	9	-	9	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	65.900	8.734	57.166	14.154	5.780
<u>Controladas indiretas</u>					
CECM Concessão S.A.	12.688	8.836	3.851	-	(155)
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	664.204	528.657	135.547	133.144	27.464
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	4.721.603	4.296.121	425.482	428.921	144.043
RDC Concessões S.A.	15.955	15.369	585	-	168
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	1.752.872	1.310.808	442.064	142.101	19.704
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	1.822.909	691.491	1.131.418	112.173	(11.956)
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte	721.556	560.745	160.811	54.250	2.681
Eco050 Concessionária de Rodovias S.A.	2.134.251	1.180.867	953.384	143.046	12.520
EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.	1.541.438	611.481	929.957	299.581	91.895
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	2.563.198	2.283.718	279.480	190.861	5.247
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	1.410.940	774.481	636.459	125.657	6.627
Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A.	2.655.519	2.450.170	205.350	246.801	47.454
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	4.716.809	2.669.021	2.047.788	172.659	45.598
Holding do Araguaia S.A.	2.393.979	1.666.943	727.036	-	17.684
Argovias Administração e Participações S.A.	977.312	14.278	963.034	-	12.513
EIL 05 S.A.	17.516	38	17.479	-	(31)
Anish Empreendimentos Participações Ltda.	33.446	1.085	32.361	201	96

**Notas Explicativas****12. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO**

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	11,0	5,7	7	-	4	0,6	11,6	10,5	5,1	-
<b>CUSTO</b>										
Saldos em 31/12/2023	732.415	363.423	37.428	8.068	80.520	256.504	21.247	63.602	9.156	1.572.363
Adições	30.693	3.346	1.797	-	-	781	3.426	1.279	2	41.324
Baixas	-	(22)	(20)	-	-	-	-	-	-	(42)
Transferências	1.053	(407)	42	-	-	-	-	-	-	688
Saldos em 31/03/2024	764.161	366.340	39.247	8.068	80.520	257.285	24.673	64.881	9.158	1.614.333
<b>DEPRECIÇÃO</b>										
Saldos em 31/12/2023	(455.097)	(296.535)	(22.149)	-	(60.019)	(247.162)	(16.339)	(32.685)	(6.216)	(1.136.202)
Adições	(20.537)	(5.210)	(670)	-	(805)	(377)	(666)	(1.691)	(116)	(30.072)
Baixas	-	22	16	-	-	-	-	-	-	38
Saldos em 31/03/2024	(475.634)	(301.723)	(22.803)	-	(60.824)	(247.539)	(17.005)	(34.376)	(6.332)	(1.166.236)
<b>RESIDUAL</b>										
Em 31/03/2024	288.527	64.617	16.444	8.068	19.696	9.746	7.668	30.505	2.826	448.097
Em 31/12/2023	277.318	66.888	15.279	8.068	20.501	9.342	4.908	30.917	2.940	436.161

Em 31 de março de 2024, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

## Notas Explicativas

## 13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPCo6 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	8,5	-	4,0	(d)	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2023	18.825.544	8.561	251.234	4.644.189	1.598	366.411	24.097.537
Adições	102.759	-	12.982	600.830	-	27.699	744.270
Baixas	-	-	(33)	(18.022)	-	-	(18.055)
Transferências	706.019	-	1.063	(707.770)	-	-	(688)
Saldos em 31/03/2024	19.634.322	8.561	265.246	4.519.227	1.598	394.110	24.823.064
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2023	(5.732.893)	(7.270)	(185.529)	-	(1.204)	(190.935)	(6.117.831)
Adições	(162.255)	(128)	(5.499)	-	(16)	(18.855)	(186.753)
Saldos em 31/03/2024	(5.895.148)	(7.398)	(191.028)	-	(1.220)	(209.790)	(6.304.584)
RESIDUAL							
Em 31/03/2024	13.739.174	1.163	74.218	4.519.227	378	184.320	18.518.480
Em 31/12/2023	13.092.651	1.291	65.705	4.644.189	394	175.476	17.979.706

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de março de 2024, as principais adições nesta rubrica referem-se a: pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(b) As taxas médias de amortização em 31 de março de 2024 foram de 3,31% a.a. (3,09% a.a. em 31 de março de 2023).

(c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 31 de março de 2024 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.

(d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos.

No período findo em 31 de março de 2024, foram capitalizados R\$117.910 referentes a encargos financeiros (R\$77.105 em 31 de março de 2023) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, individualmente em cada concessionária.

**Notas Explicativas****14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

## a) Tributos diferidos – consolidado

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/03/2024	31/03/2024
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	816	-	(90)	726	(90)
Ecopátio	1.735	-	(72)	1.663	(72)
Argovias	14.045	-	(1)	14.044	(1)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	20.024	1.524	(467)	21.081	1.057
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	327.145	6.934	(990)	333.089	5.944
Provisão para manutenção	80.255	6.662	(9.893)	77.024	(3.231)
AVP ônus Concessão	29.861	7.045	(11.021)	25.885	(3.976)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa					
- PECLD	357	609	(71)	895	538
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(28.436)	-	829	(27.607)	829
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(146.558)	(27.703)	893	(173.368)	(26.810)
Direito reequilíbrio	(39.941)	-	4.594	(35.347)	4.594
Outros	1.903	75	(169)	1.809	(94)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	259.674	(4.854)	(16.458)	238.362	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					<u>(21.312)</u>

- (a) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco050, Eco135 e EcoRioMinas. No período findo em 31 de março de 2024, a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. não efetuou o registro de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, devido a mudanças na expectativa de recuperabilidade. Porém, mesmo não havendo o registro contábil, fiscalmente o direito ao crédito permanece e não tem data de expiração, conforme determina a legislação brasileira. Em havendo novamente expectativa de recuperabilidade futura, a Companhia procederá com o registro contábil.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a companhia possui em 31 de março de 2024 R\$359.508 no ativo não circulante e R\$121.146 no passivo não circulante (R\$364.996 no ativo circulante e R\$105.322 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023), e registrou débito de R\$21.312 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período.

**Notas Explicativas****(b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	231.372	112.749	433.491	258.636
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(78.667)	(38.334)	(147.387)	(87.936)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(1.735)	(1.239)
Gratificações/PPR diretores	(490)	(299)	(1.670)	(1.200)
Equivalência patrimonial	91.515	54.163	-	-
Despesas indedutíveis	(4)	(6)	(173)	(81)
Amortização de ágio	(44)	(44)	(811)	7.979
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	859	369
Créditos tributários não constituídos (a)	(12.861)	(15.135)	(55.812)	(71.686)
AVP ônus Concessão - 135	-	-	6	-
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(100)	(294)	(1.845)	(321)
Capitalização juros s/investimentos	-	-	9.934	7.989
Outros	651	(51)	2.705	522
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(195.929)	(145.604)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(174.617)	(120.720)
Impostos diferidos (b)	-	-	(21.312)	(24.884)
Taxa efetiva	-	-	45,2%	56,3%

(a) São compostos pela Companhia e pelas controladas ECS, Ecoporto Santos, Termares, Holding do Araguaia, CECM, RDC e Eco101.

(b) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro, no período findo em 31 de março de 2024, a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços não constituiu ativos fiscais diferidos em virtude do prazo de realização do mesmo ultrapassar período razoável.

**(c) Provisão para Impostos de renda e contribuição social - consolidado**

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Saldo no início do período provisão IR/CS	158.019	45.385
Despesa IR/CS DRE	174.617	120.720
Total de IR/CS pagos	(168.515)	(58.866)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	164.121	107.239

**Notas Explicativas****15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Modalidade	31/03/2024	31/12/2023
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	1.703.266	1.708.732
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	434.533	434.360
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	100.145	100.938
Outros	218.380	218.568
	<u>2.456.324</u>	<u>2.462.598</u>
Circulante	131.707	126.103
Não Circulante	2.324.617	2.336.495

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo no início do período	2.462.598	1.995.281
Adições/(Custo antecipado)	63	(50)
Encargos financeiros (Nota 27)	60.474	51.234
Pagamento principal	(24.705)	(39.190)
Pagamento de juros	(42.106)	(34.955)
Saldo no fim do período	<u>2.456.324</u>	<u>1.972.320</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/03/2024	31/12/2023
2025	101.677	127.403
2026	144.925	144.533
2027	152.516	152.057
2028	164.140	163.639
2029	146.330	145.786
Posteriores a 2029	1.615.029	1.603.077
	<u>2.324.617</u>	<u>2.336.495</u>

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Os referidos índices são medidos anualmente, com base na Demonstração Financeira de 31 de dezembro de cada ano. As controladas da Companhia estão adimplentes com os referidos índices.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas descritas acima.



## Notas Explicativas

### 16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Saldo no início do período	988.278	991.387	15.504.072	9.495.731
Adições (a)	-	-	1.582.071	890.891
Encargos financeiros (Nota 27)	27.920	37.033	523.751	361.287
Pagamento principal	(380.000)	-	(380.000)	(10.668)
Pagamento de juros	(63.321)	(71.043)	(279.950)	(264.206)
Saldo no fim do período	572.877	957.377	16.949.944	10.473.035
Circulante	288.411	388.723	4.864.276	2.472.778
Não circulante	284.466	568.654	12.085.668	8.000.257

(a) A adição no período findo em 31 de março de 2024, referem-se a:

#### Ecovias dos Imigrantes

Em 22 de fevereiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a 6ª emissão de debêntures simples da controlada, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos do ativo 26, inciso V, da Resolução CVM n. 160, de 13 de julho de 2022.

A emissão é composta por 1.630.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$1.630.000, remuneradas a IPC-A + 6,095%. O prazo de vencimento das debêntures será de 9 anos, contados da data de emissão. Os recursos líquidos captados por meio da emissão serão destinados exclusivamente ao reembolso de gastos ou despesas do projeto de investimento da controlada e na realização de investimentos futuros relacionados à implantação do Projeto. As debêntures não contam com garantias de qualquer natureza. A entrada dos recursos aconteceu em 06 de março de 2024.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“covenants”). Conforme demonstrado no quadro a seguir, as controladas estão adimplentes com os referidos índices:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,96
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,61
Ecorodovias Concessões	6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,38
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 1,50x	2,81
	7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,50x	3,49
	8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,42

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoponte, Eco135, Holding do Araguaia, Noroeste Paulista, EcoRioMinas e Ecovias do Cerrado, possuem cláusulas restritivas de “cross default” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, das próprias controladas e de outras controladas relevantes da Companhia. Em 31 de março de 2024, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a cláusulas restritivas da Companhia e das referidas controladas.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo

## Notas Explicativas

econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

### 17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	2.098	840	197.547	188.259
Circulante	982	681	73.843	70.855
Não circulante	1.116	159	123.704	117.404

A movimentação do passivo de arrendamento no período está demonstrada a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial do período	840	-	188.259	154.330
Adições	1.674	1.255	27.699	19.822
Baixas	-	-	-	(1.858)
Encargos financeiros (Nota 27)	74	37	4.612	4.378
Pagamento principal	(416)	(183)	(18.411)	(13.103)
Pagamento de juros	(74)	(37)	(4.612)	(4.378)
Saldo no fim do período	2.098	1.072	197.547	159.191

## Notas Explicativas

## 18. PARTES RELACIONADAS

Controladora

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos				Outras informações		
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Garantias	Posição contratual	
g)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controlada direta	-	-	-	-	-	4	Em até 45 dias	-	-	N/A	Devedor
	Saldo em 31 de março de 2024						-	4		-	-		-
	Saldo em 31 de dezembro de 2023						6	-		-	-		-
	Saldo em 31 de março de 2023						-	-			234		

Consolidado

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos						Outras informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Igli do Brasil	Outras partes relacionadas	01/01/2024	31/12/2024	60	45	5	-	Em até 45 dias	15	-	-	N/A	Credor
b)	Consórcio NN Engenharia	Outras partes relacionadas	01/06/2022	30/04/2025	5.833	3.832	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
c)	CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.] TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas	15/12/2020	30/03/2024	162.814	73.598	-	1.981	Em até 45 dias	-	-	4.493	N/A	Devedor
d)	ICCR 135 S.A	Outras partes relacionadas	10/06/2021	28/07/2024	874.483	652.949	-	34.056	Em até 45 dias	-	-	53.991	N/A	Devedor
e)	ICCR 153 S.A	Outras partes relacionadas	18/10/2021	15/01/2027	3.809.158	3.345.043	-	13.869	-	-	-	23.315	N/A	Devedor
f)	SINELEC S.p.A	Outras partes relacionadas	19/01/2023	31/12/2024	3.509	1.790	-	-	Em até 45 dias	-	515	-	N/A	Devedor
f)	SINELEC S.p.A	Outras partes relacionadas	13/12/2023	31/05/2026	7.426	5.257	-	1.334	Em até 45 dias	-	-	1.325	N/A	Devedor
	Saldo em 31 de março de 2024						5	51.240		15	515	83.124		
	Saldo em 31 de dezembro de 2023						5	108.847						
	Saldo em 31 de março de 2023						-	-		27	951	83.708		

## Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- a) A Igli do Brasil detém 46,189% do capital social da Companhia. O contrato entre a Igli do Brasil e da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., tem por objeto a prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas;
- b) O Consórcio NN, pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (50%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de assessoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento de Novos Projetos e demais estudos de necessidade da Engenharia para a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.;
- c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., e a TB Transportadora de Betumes Ltda, são controladas direta e indiretamente pelo Sr Cesar Beltrão de Almeida e pela Sra Cristiane Maria Bonetto de Almeida seu cônjuge, pertencentes ao Grupo CR Almeida que em conjunto com Denise Beltrão de Almeida, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indireta do Grupo EcoRodovias. O objeto dos contratos com a CBB e TB é de fornecimento e transporte de material asfáltico para as controladas indiretas Ecopistas, Eco050 e Ecovias do Cerrado;
- d) A ICCR135 S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG, da controlada Eco135;
- e) A ICCR153 S.A., pertence (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação das rodovias BR-153/414/080/TO-GO da controlada Ecovias do Araguaia;
- f) A Sinelec S.p.A, parte relacionada controlada pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias, presta serviços referente às atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF) das controladas indiretas Conc. Ponte Rio-Niteroi S.A -Ecoponte, Eco101 Concessionária de Rodovias S.A e Empresa Conc. de Rodovias do Sul S.A - Ecosul, e também presta serviços de desenvolvimento e implantação da plataforma HS-WIM para a controlada Ecorodovias Concessões e suas controladas EcoRiominas, EcoNoroeste e Ecovias do Cerrado;

## Notas Explicativas

g) Repasse de despesas entre as unidades.

Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 31 de março de 2024 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e serem eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/03/2024	31/12/2023
CECM Concessões S.A	Ecorodovias Concessões	30/06/2022	30/12/2024	100% CDI + 1,80% a.a.	<u>2.555</u>	<u>2.491</u>
					<u>2.555</u>	<u>2.491</u>

### Remuneração dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 em R\$32.920 (R\$26.900 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

### **19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

	31/12/2023	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2024
Constituição da provisão para manutenção	2.128.715	33.458	-	-	2.162.173
Efeito do valor presente sobre constituição	(453.168)	(7.583)	-	-	(460.751)
Realização da manutenção	(1.730.302)	-	(47.047)	-	(1.777.349)
Ajuste a valor presente – realizações	378.478	-	-	6.218	384.696
	<u>323.723</u>	<u>25.875</u>	<u>(47.047)</u>	<u>6.218</u>	<u>308.769</u>
Circulante	95.295				79.328
Não circulante	228.428				229.441

### **20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

	31/12/2023	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2024
Constituição da provisão para obras futuras	192.588	-	-	192.588
Efeito do valor presente sobre a constituição	(51.380)	-	-	(51.380)
Realização da construção	(109.000)	(62)	-	(109.062)
Ajuste a valor presente – realizações	20.883	-	17	20.900
Atualização Monetária	10.966	-	1.034	12.000
	<u>64.057</u>	<u>(62)</u>	<u>1.051</u>	<u>65.046</u>
Circulante	46.558			44.742
Não circulante	17.499			20.304

**Notas Explicativas****21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO**a) Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Parcelas:		
Variáveis	5.965	6.555
Fixas	999.136	992.801
Verbas/Taxas de fiscalização	4.826	4.779
Outras (PRE/PRF)	41	42
Outras (Nota 9.a)	<u>1.367.652</u>	<u>1.313.765</u>
	<u>2.377.620</u>	<u>2.317.942</u>
Circulante	107.426	131.600
Não circulante	2.270.194	2.186.342

A movimentação do período das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Saldo no início do período	2.317.942	2.098.048
Custo (Nota 26)	36.892	30.745
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (Nota 27)	32.523	37.530
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF)	33.470	31.923
Retenção conta ajuste (EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia)	24.932	16.373
Reembolso DUF (EcoRioMinas)	(4.233)	(2.776)
Retenção sobre a tarifa (EcoNoroeste)	(282)	-
Pagamento do principal	<u>(63.624)</u>	<u>(55.487)</u>
Saldo no fim do período	<u>2.377.620</u>	<u>2.156.356</u>

b) Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2024, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	<u>31/03/2024 (até o fim do prazo de concessão)</u>			
	<u>Natureza dos custos</u>			
	<u>Melhorias na infraestrutura</u>	<u>Conservação especial (manutenção)</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Ecosul	5.013	57.109	37.951	100.073
Ecovias	513.662	872.688	58.000	1.444.350
Ecopistas	39.691	445.142	292.863	777.696
Eco101	1.105.111	431.947	461.400	1.998.458
Ecoponte	177.254	177.510	107.902	462.666
Eco050	290.630	1.281.442	8.606	1.580.678
EcoRioMinas	7.961.980	4.048.351	1.721.203	13.731.534
Eco135	372.641	994.432	62.581	1.429.654
Ecovias do Cerrado	526.884	1.543.001	43.662	2.113.547
EcoNoroeste	3.429.042	4.546.419	1.050.051	9.025.512
Ecovias do Araguaia	3.781.064	3.387.031	549.311	7.717.406
Total	<u>18.202.972</u>	<u>17.785.072</u>	<u>4.393.530</u>	<u>40.381.574</u>

## Notas Explicativas

### c) Adesão ao Processo de Relicitação – Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabelece as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. A vigência do Terceiro Aditivo terá início em 180 dias contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão. Ocorre que, em 26 de fevereiro de 2024 foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para prorrogar por mais 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. A prorrogação se dá em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União (“TCU”). Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo TCU, o Terceiro Aditivo e o Quarto Termo Aditivo serão extintos e realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Terceiro Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros, decorrentes do processo de relicitação, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando do início da vigência do Terceiro Aditivo. A Eco101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Por estarem suspensos os efeitos decorrentes dos aditivos assinados em 30 de agosto de 2023 e 26 de fevereiro de 2024, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação a ser registrado no balanço e no resultado da controlada e da Companhia.

## 22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

### a) CECM Concessões S.A. (anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar) e RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas – Ecocataratas).

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a CECM, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. Atualmente, o processo foi suspenso em julho/23 e remetido para o setor de conciliação, antes de dar início a fase de produção de provas.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas Controladas ECS e as Concessionárias do Paraná (CECM e RDC), celebraram Acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que, na visão da Companhia e de suas Controladas, as obrigações estabelecidas foram cumpridas, inclusive as obrigações assumidas no Acordo, na cláusula 6ª, itens “l” (implementar um programa de integridade efetivo e robusto) e “m” (sujeitar-se a monitoramento independente) face à entrega, em 31 de março de 2023, do Relatório de Certificação pela Monitora Independente, que ensejou a declaração de cumprimento emitida pelo MPF, em 15 de maio de 2023. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Aguarda-se o fechamento conjunto (pelo DER/PR, MPF e Companhia) das medições das obras executadas. Embasada em pareceres jurídico e

## Notas Explicativas

técnico, a Companhia provisionou R\$10.124 (novembro/23) a título de eventual saldo residual para atingir a integralidade dos investimentos previstos no Acordo. No tocante à divergência referente à modalidade de aplicação da metodologia de precificação pela tabela SICRO para o custo dos investimentos executados, o MPF proferiu decisão negando a tese da Companhia, motivo pelo qual a Companhia vem conduzindo o encaminhamento do tema com o MPF.

Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando a instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A Companhia e suas Controladas apresentaram suas defesas prévias. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a RDC e R\$27.570 para a CECM; (2) determinar a condenação solidária da Ecorodovias Concessões e Serviços - ECS; (3) impor às empresas (RDC, CECM e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 as Companhias apresentaram recurso. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral apenas para incluir a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida, a Companhia apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador, que aguarda julgamento.

Em agosto/2020, foi proposta por CECM e RDC a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar a alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. Aguarda-se julgamento do processo.

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER, de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. CECM e RDC propuseram ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR interpôs recurso de ambas as sentenças. O processo foi suspenso em julho de 2023 e remetido para o setor de conciliação antes do julgamento dos recursos.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet, junto ao TCE, contra CECM e RDC e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Inicialmente, a liminar foi deferida pelo Relator, que declarou inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. A liminar foi atacada por recurso pelas Concessionárias, que foi acolhido pelo Colegiado do TCE (publicada em 08 de novembro de 2022), revogando a decisão. O Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Atualmente, o processo no TCE se encontra suspenso por decisão proferida em processo judicial movido por terceira concessionária que também é parte no processo do TCE.

Em março de 2024 a RDC, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) e a Companhia foram citadas na Ação Civil Pública nº 5000198-46.2023.4.04.7000/PR, ajuizada em 05 de janeiro de 2023, pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR), em face também da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$ 4.284.248) e morais (estimados em R\$ 500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O processo está suspenso por conta da remessa ao setor de conciliação. O prazo de defesa será iniciado posteriormente a essa etapa conciliatória. O processo foi distribuído por dependência à Ação Popular, proposta em face da RDC pelos Deputados Estaduais Arilson Chiorato e Maurício Thadeu de Mello e Silva,



## Notas Explicativas

Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (processo nº 5056314-43.2021.4.04.7000/PR). Nesta Ação Popular, que também está no setor de conciliação, se pleiteia a condenação por suposto desequilíbrio ao Contrato de Concessão em razão da metodologia adotada em aditivos firmados para revisão do denominado degrau de pista dupla, bem como da depreciação dos investimentos. Baseada no parecer jurídico dos advogados externos, a Companhia classifica a probabilidade de perda de ambas como remota.

### b) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

#### Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro de 2021, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão. A medida cautelar decorreu de representação apresentada por deputados federais do RS.

A Concessionária e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitiva para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente.

A referida decisão também afetou o reajuste da tarifa em 2022 (18ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária do Contrato), que foi aprovado com atraso em relação à data-base contratual, em 01 de novembro de 2022, por meio da Deliberação nº 332/2022.

Em que pese ter havido a propositura de nova medida cautelar perante o TCU (TC nº 028.576/2022-5), não houve a suspensão do referido reajuste, que compreendeu os efeitos de 2021 e 2022. Preliminarmente, a área técnica do Tribunal de Contas emitiu avaliação que atesta que a decisão da ANTT respeita as determinações do TCU e, em 13 de dezembro de 2023 foi proferido o Acórdão 2.603/2023, que indeferiu a medida cautelar proposta. O Acórdão 2.275/2021, por sua vez, perdeu o objeto com a resolução do TC 020.982/2019-7 (Acórdão 2.501/2023), inexistindo, neste momento, óbices por parte do TCU para que a ANTT proceda com a aplicação dos reajustes anuais da tarifa.

Assim, em 26 de dezembro de 2023 foi publicada a Deliberação ANTT nº 443/2023, de 21 de dezembro de 2023, que aprovou a 19ª Revisão Ordinária e 16ª Revisão Extraordinária, bem como a 20ª Revisão Ordinária, referente aos reajustes anuais de 2023 e 2024, retomando-se a regularidade regulatória do Contrato de Concessão. Os referidos processos de Revisão Ordinária reequilibraram as perdas de receita decorrentes da suspensão e atrasos na aplicação dos reajustes tarifários anuais de 2021, 2022 e 2023 em suas respectivas datas-base, acarretando no incremento da tarifa em 28,9% a partir de 1º de janeiro de 2024.

Os deputados federais signatários das representações anteriores ingressaram com nova medida perante o TCU (TC nº 000.055/2024-7), agora com o objetivo de suspender cautelarmente a Deliberação ANTT nº 443/2023. Argumentam que o referido reajuste teria violado as determinações proferidas pelo TCU no âmbito do TC 020.984/2019-7, bem como se insurgem quanto ao teor da Portaria nº 848/2023 do Ministério dos Transportes, que estabelece a política pública e os procedimentos para a readaptação e otimização dos contratos de concessão federal. Em 26 de janeiro de 2024, após instrução técnica que atestou não haver descumprimentos às decisões do TCU, foi proferido despacho pelo Ministro relator com a negativa da medida cautelar requerida.

O atraso na implementação dos referidos reajustes gerou uma perda de receita, agora reequilibrada em favor da Concessionária, reconhecida contabilmente até a data de 30 de outubro de 2023. Os respectivos montantes reconhecidos foram de R\$ 78.582, em 31 de dezembro de 2022, e R\$51.436, no período encerrado em 30 de outubro de 2023.

## Notas Explicativas

### c) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto"), para exploração de instalação portuária pelo prazo determinado de 25 anos, tinha encerramento do prazo original previsto para 12 de junho de 2023. Por conta disso, em 19 de maio de 2023, o Ecoporto ingressou com ação judicial em face da União, tendo como objeto a manutenção da vigência do Contrato até decisão final sobre pedido de prorrogação (formulado no processo administrativo nº 50300.000038/2014-80). A referida ação (nº1049793-02.2023.4.01.3400 - 13ª Vara Federal Cível da SJDF) teve o pedido de tutela de urgência indeferido, inclusive pelo TRF1 (Agravo de Instrumento n. 1020192-63.2023.4.01.0000), que entendeu que cabe à autoridade administrativa analisar, no âmbito do processo administrativo de prorrogação do Contrato, a conveniência e a oportunidade de tal pretensão.

Em 12 de junho de 2023, o Ministro de Portos e Aeroportos, ciente do teor das referidas decisões judiciais, proferiu o Despacho Decisório nº4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, mantendo, cautelarmente, a vigência do Contrato, assegurando a continuidade das operações pelo prazo de até 180 dias, ou até que haja uma definição da política pública sobre a destinação da área. O despacho fixou que essa determinação pode ser alterada, prorrogada ou revogada, a critério do Poder Concedente. O Ministro de Portos e Aeroportos, por meio do Despacho nº 452/2023/CGAR-SNPTA-MPOR, solicitou ao Ecoporto que seja apresentado um novo plano de investimentos, com as adequações necessárias, considerando as novas diretrizes resultantes da revisão da destinação da área do STS10. O plano de investimentos foi apresentado e se encontra em fase de avaliação. Em 01 de dezembro de 2023, o Diretor-Presidente da Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS"), com base na delegação de competências formalizada por meio do Convênio de Delegação de Competências nº 001/2023, editou a Portaria DIPRE nº 209.2023, que prorrogou por 180 dias, a contar de 09 de dezembro de 2023, a medida cautelar que suspendeu o encerramento da vigência do Contrato. Em reunião para discussão do plano de investimento foi sugerida pela APS um cronograma de atividades do grupo de trabalho.

Destacam-se ainda as decisões administrativas favoráveis e definitivas sobre o direito do Ecoporto ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em virtude dos investimentos realizados e não amortizados (Portêineres), no montante de R\$ 94.304, com data-base em dezembro/2016 (Acórdão ANTAQ nº 14-2020; Resolução ANTAQ nº 7.549/2020; Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA; Acórdão ANTAQ nº 301/2022 e Despacho nº 34/2022/SNPTA). A SNPTA oficiou a APS para indicar a forma de adimplir a indenização a ser paga ao Ecoporto, o qual, atualmente, aguarda referida definição.

Quanto ao reconhecimento do pleito de reequilíbrio contratual decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m2) comparada àquela prevista no edital (170.000 m2), o Ecoporto ajuizou, em 28 de setembro de 2022, ação anulatória em face da União e da Antaq, tendo como objeto o reconhecimento do referido pleito. A ação judicial tramita sob nº 1064487-10.2022.4.01.3400, na 17ª Vara Federal Cível da SJDF e foi julgada improcedente sob o fundamento de que não há direito a reequilíbrio pelo reordenamento de áreas, conforme intimação de sentença ocorrida em 1º de abril de 2024. O Ecoporto irá interpor recurso de apelação.

Faz-se referência, ainda, a duas ações judiciais em trâmite na 4ª Vara Federal Cível da Comarca de Santos (processos ns. 5006237-92.2022.4.02.6104 e 5004980-32.2022.4.03.6104), questionando a cobrança decorrente da aplicação, pela APS, da cláusula de revisão quinquenal da Movimentação Mínima Contratual (MMC), no valor de R\$62.764. Foram deferidas medidas liminares para determinar a suspensão da exigibilidade do valor cobrado. Em 26 de setembro de 2023 foi realizada audiência de conciliação. Os processos judiciais foram suspensos para tentativa de conciliação entre as Partes.

### d) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101") em Serra – ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e teve foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação da rodovia.

## Notas Explicativas

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio profissional externo para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram, em 31 de dezembro de 2020, passivo da melhor avaliação para realização de valores relativos a penalidades de multas e descontos tarifários ("Fator D"), sobre um cenário em que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, resultando no valor devido de R\$72.614 (R\$89.737 em 31 de março de 2024).

As investigações realizadas no âmbito da Operação Infinita Highway resultaram em 3 (três) desdobramentos para a controlada.

Em 25 de junho de 2022, a controlada tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a controlada apresentou defesa na mencionada ação judicial. Aguarda-se o prosseguimento do processo.

Em 25 de julho de 2022, a controlada tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11.08.2022, a controlada apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Aguarda-se o prosseguimento do procedimento.

Em 06 de setembro de 2022, a controlada tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia e, atualmente, aguarda-se o avanço desses entendimentos.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do TCU e da ANTT, a Companhia solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Companhia e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação Infinita Highway, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídicos anteriores. A Companhia entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nesta demonstração financeira.

**Notas Explicativas****23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS – CONSOLIDADO**Causas prováveis

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

Consolidado	Ambientais	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.521	321.330	25.321	7.639	355.811
(+) Complemento de provisão	-	12.437	2.616	(44)	15.009
(-) Pagamentos/baixas	-	(15.385)	(2.519)	(1)	(17.905)
(+) Atualização monetária	29	7.214	839	33	8.115
Saldos em 31 de março de 2024	1.550	325.596	26.257	7.627	361.030

## (a) Processos cíveis

As principais adições no período findo em 31 de março de 2024, referem-se a controlada Ecoporto Santos: (i) ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres; (ii) ação de Cobrança nº. 1015346-78.2016.8.26.0562, movida por Libra Terminais S.A., visando a cobrança dos valores relativos aos serviços de segregação e entrega de contêineres (THC-2); e (iii) ações anulatórias contra o Poder Concedente (ANTT), da controlada Eco101, em que se discute a exigibilidade das autuações lavradas pelo mesmo.

A principal baixa no período refere-se ao pagamento de R\$11.300, referente ao processo de desapropriação em face da empresa incorporadora Seriema, em virtude das obras do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto - trecho Taubaté da controlada Ecopistas

## (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante.

Causas possíveis

Em 31 de março de 2024, a Companhia e suas controladas eram partes em outros processos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, que totalizam:

	31/03/2024	31/12/2023
Ambientais	3.235	3.215
Cíveis	1.503.776	1.462.784
Trabalhistas	50.221	44.288
Tributários	413.444	424.456
	1.970.676	1.934.743

**Notas Explicativas****24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Acionistas controladores

Para o período findo em 31 de março de 2024, a Companhia não apresentou movimentações de capital social e reservas de lucros de acionistas controladores.

Participação de acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Saldo no início do período	248.274	214.986
Participação nos resultados do período	6.190	283
Saldo no fim do período	<u>254.464</u>	<u>248.274</u>

**25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO**

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receitas com arrecadação de pedágio	1.549.582	1.104.548
Receitas de construção (a)	605.047	474.437
Receitas portuárias	100.594	170.653
Receitas acessórias	28.868	28.081
Receitas logísticas	16.436	10.941
Receita bruta total	<u>2.300.527</u>	<u>1.788.660</u>
Deduções da receita	(161.547)	(131.411)
Deduções do reconhecimento da receita	(12.264)	(52.912)
Receita líquida	<u>2.126.716</u>	<u>1.604.337</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (b)	(62.740)	(53.441)
PIS (c)	(13.601)	(11.587)
ISS (d)	(84.374)	(65.990)
Dedução do reconhecimento da receita (e)	(12.264)	(52.912)
Abatimentos	(832)	(393)
	<u>(173.811)</u>	<u>(184.323)</u>

- (a) Sobre a receitas de construção não há incidência de impostos.  
 (b) Alíquota para: concessionárias 3%; portos, serviços e logística 7,6%.  
 (c) Alíquota para: concessionárias 0,65%; portos, serviços e logística 1,65%.  
 (d) Alíquota média de 5,0%.  
 (e) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

**Notas Explicativas****26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal	7.923	5.923	155.263	135.794
Conservação e manutenção	19	29	76.833	43.905
Serviços de terceiros (a)	1.437	2.684	96.631	76.788
Seguros	392	354	7.628	7.167
Poder Concedente (Nota 21)	-	-	36.892	30.745
Provisão para manutenção (Nota 19)	-	-	25.875	19.523
Custo de construção de obras	-	-	605.047	474.437
Depreciações e amortizações (Nota 12 e 13)	612	621	216.825	183.363
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	135	50	6.841	8.322
Outros custos e despesas operacionais	712	480	53.093	47.991
	<b>11.230</b>	<b>10.141</b>	<b>1.280.928</b>	<b>1.028.035</b>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	1.194.091	954.472
Despesas gerais e administrativas	11.230	10.141	86.837	73.563
	<b>11.230</b>	<b>10.141</b>	<b>1.280.928</b>	<b>1.028.035</b>

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

**Notas Explicativas****27. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receita de aplicações financeiras	1.478	268	124.693	48.036
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 10)	-	1	1.917	2.413
Atualização monetária venda Elog	524	1.132	524	1.132
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	-	23.786
Outras receitas financeiras	13	142	2.349	3.045
	<u>2.015</u>	<u>1.543</u>	<u>129.483</u>	<u>78.412</u>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(27.581)	(36.667)	(395.630)	(268.185)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	(46.001)	(37.909)
Varição monetária sobre debêntures (Nota 16)	-	-	(115.196)	(87.369)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(339)	(366)	(12.925)	(5.733)
Varição monetária sobre direito de outorga (Nota 21)	-	-	(32.523)	(37.530)
Varição monetária e AVP - Acordo Não Persecução Cível	(294)	-	(5.328)	-
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras (Notas 19 e 20)	-	-	(7.269)	(5.378)
Varição cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos (Nota 15)	-	-	(14.473)	(13.325)
Juros capitalizados	-	-	117.910	77.105
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(93)	(93)	(6.400)	(6.200)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 23)	-	-	(8.115)	(17.356)
Atualização monetária outras contas a pagar	-	-	(1.447)	-
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 17)	(74)	(37)	(4.612)	(4.378)
Outras despesas financeiras	(26)	(899)	(10.033)	(15.216)
	<u>(28.407)</u>	<u>(38.062)</u>	<u>(542.042)</u>	<u>(421.474)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(26.392)</u>	<u>(36.519)</u>	<u>(412.559)</u>	<u>(343.062)</u>

**28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro básico e diluído – resultado do período	0,33	0,16
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,33	0,16

a) Lucro por ação

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	<u>231.372</u>	<u>112.749</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	<u>231.372</u>	<u>112.749</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	696.334
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	695.621
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,33</u>	<u>0,16</u>
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	<u>0,33</u>	<u>0,16</u>

## Notas Explicativas

### b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

## 29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

### Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Dívida (a)	574.975	989.118	21.981.435	20.472.871
Disponibilidade (b)	(9.746)	(44.153)	(5.949.131)	(5.076.772)
Dívida líquida	565.229	944.965	16.032.304	15.396.099
Patrimônio líquido (c)	2.969.358	2.737.986	3.223.822	2.988.790
Índice de endividamento líquido	0,19	0,35	4,97	5,15

a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 15, 16, 17 e 21.

b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras – conta reserva e conta reserva poder concedente, de curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5, 7 e 9.a).

c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2024 são como segue:

Classificação – Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4.370.780	4.370.780
Clientes (b)	509.517	509.517
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (a)	1.103.580	1.103.580
Outros créditos – conta reserva – Ecovias do Araguaia (e)	1.367.652	1.367.652
<b>Passivos:</b>		
Fornecedores (b)	326.062	326.062
Risco Sacado (b)	311	311
Empréstimos e financiamentos (c)	2.456.324	2.346.050
Debêntures (c)	16.949.944	16.326.972
Passivos de Arrendamentos (c)	197.547	228.114
Obrigações com Poder Concedente (d)	1.009.968	2.375.789
Obrigações com Poder Concedente (e)	1.367.652	1.367.652
Classificação – Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (f)</i>	9.831	9.831

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(b) Os saldos das rubricas “Clientes”, “Fornecedores” e “Risco Sacado” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.



## Notas Explicativas

- (c) Os empréstimos, financiamentos, passivos de arrendamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.
- (e) O valor refere-se a: (a) conta de Aporte de titularidade da Concessionária Ecovias do Araguaia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço., e (b) da retenção de 4% da receita da Concessionária EcoRioMinas e 10% da receita da Concessionária Ecovias do Araguaia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais, (c) a retenção de 8,5% da receita tarifária da controlada EcoNoroeste à título de Outorga Variável, na seguinte proporção: (a) 20% “Conta DUF”, o que corresponde a 1,7% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora; e (b) 80% “Conta Inadimplência”, o que corresponde a 6,8% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora. Tais valores serão destinados à Compensação dos Descontos de Usuário Frequente – DUF, e à Compensação de Inadimplência de usuários do sistema Free Flow. Conforme o caso e disponibilidade de recursos, os montantes depositados nas contas DUF e Inadimplência, poderão ser utilizados para outros reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor da Concessionária, como forma de garantir a solvência da SPE e da sustentabilidade da concessão.
- (f) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

### Gestão de riscos

#### a) Risco de crédito

Em 31 de março de 2024, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$256.779 (R\$237.441 em 31 de dezembro de 2023), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

#### b) Risco de liquidez

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	5.886.190	4.711.381	1.788.796	15.667.652
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	209.436	208.471	211.668	2.197.887
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	54.351	53.547	52.760	537.910
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	11.477	11.477	11.477	134.855
Banco da Amazônia - BASA	20.379	32.029	33.952	418.113
Obrigações com Poder Concedente	109.464	114.386	119.529	4.296.536
Finame	7.158	6.791	5.877	-
Passivo de arrendamento	80.866	69.311	37.436	40.501
	<u>6.379.321</u>	<u>5.207.393</u>	<u>2.261.495</u>	<u>23.293.454</u>

Em 31 de março de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$281.094 (ativo circulante consolidado de R\$6.133.662 e passivo circulante consolidado de R\$6.414.756), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	392.962	491.203	589.443
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.334.539)	(1.497.698)	(1.659.302)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(701.564)	(708.003)	(714.442)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(66.746)	(80.327)	(93.908)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(37.708)	(38.705)	(39.702)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(97.939)	(122.699)	(147.239)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(1.845.534)</u>	<u>(1.956.229)</u>	<u>(2.065.150)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA (b)	3,81%	4,76%	5,71%
TJLP (c)	5,98%	7,48%	8,97%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Março/2024.

### 30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Em 31 de março de 2024, não houve alterações significativas em relação à estrutura de segmento de negócios da Companhia em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/03/2024	31/03/2023
Concessões rodoviárias	91,45%	88,55%
“Holding” e serviços	4,59%	5,17%
Portos	3,33%	5,71%
Logística	0,63%	0,57%

As tabelas a seguir apresentam informações financeiras consolidadas, relacionadas aos segmentos para 31 de março de 2024:

	31/03/2024					
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	24.733.942	566.874	65.900	15.392.589	(13.236.898)	27.522.407
Ativo circulante	4.386.693	135.779	31.040	1.948.186	(368.036)	6.133.662
Ativo não circulante	20.347.249	431.095	34.860	13.444.403	(12.868.862)	21.388.745
Passivo	24.733.942	566.874	65.900	15.392.589	(13.236.898)	27.522.407
Passivo circulante	4.542.200	112.653	5.718	2.123.116	(368.931)	6.414.756
Passivo não circulante	12.839.567	155.812	3.017	5.403.914	(518.481)	17.883.829
Patrimônio líquido	7.352.175	298.409	57.165	7.865.559	(12.349.486)	3.223.822

**Notas Explicativas**

							31/03/2024
Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Receita líquida	2.049.193	74.566	14.154	102.770	(113.967)	2.126.716	
Custo dos serviços prestados	(1.157.555)	(52.760)	(5.203)	(62.662)	84.112	(1.194.068)	
Lucro bruto	891.638	21.806	8.951	40.108	(29.855)	932.648	
Despesas gerais e administrativas	(61.127)	(15.080)	(2.010)	(29.192)	20.549	(86.860)	
Amortização de investimentos	-	-	-	(4.333)	4.333	-	
Outras receitas/despesas	12	12	-	469	(231)	262	
Equivalência patrimonial	-	-	-	679.371	(679.371)	-	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	830.523	6.738	6.941	686.423	(684.575)	846.050	
Resultado financeiro	(247.210)	(1.503)	410	(164.356)	100	(412.559)	
Lucro operacional antes dos impostos	583.313	5.235	7.351	522.067	(684.475)	433.491	
Imposto de renda e contribuição social	(192.021)	(2.295)	(1.571)	(42)	-	(195.929)	
Resultado das operações continuadas	391.292	2.940	5.780	522.025	(684.475)	237.562	
Lucro líquido do período	391.292	2.940	5.780	522.025	(684.475)	237.562	
Acionistas não controladores	-	-	-	-	6.190	6.190	
Acionistas controladores	391.292	2.940	5.780	522.025	(690.665)	231.372	

							31/12/2023
Balço Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Ativo	22.774.345	644.051	59.137	15.444.260	(12.961.892)	25.959.901	
Ativo circulante	3.022.766	205.279	23.983	2.268.436	(334.817)	5.185.647	
Ativo não circulante	19.751.579	438.772	35.154	13.175.824	(12.627.075)	20.774.254	
Passivo	22.774.345	644.051	59.137	15.444.260	(12.961.892)	25.959.901	
Passivo circulante	3.316.059	107.711	4.602	2.186.583	(335.783)	5.279.172	
Passivo não circulante	12.407.970	150.871	3.149	5.637.174	(504.695)	17.694.469	
Patrimônio líquido	7.050.316	385.469	51.386	7.620.503	(12.121.414)	2.986.260	

**Notas Explicativas**

31/03/2023

Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.509.698	94.244	9.409	85.422	(94.436)	1.604.337
Custo dos serviços prestados	(873.067)	(72.673)	(4.356)	(52.517)	48.141	(954.472)
Lucro bruto	636.631	21.571	5.053	32.905	(46.295)	649.865
Despesas gerais e administrativas	(68.645)	(12.670)	(1.377)	(29.563)	38.692	(73.563)
Amortização de investimentos	-	-	-	(4.089)	4.089	-
Outras receitas/despesas	124	204	547	24.743	(222)	25.396
Equivalência patrimonial	-	-	-	447.286	(447.286)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	568.110	9.105	4.223	471.282	(451.022)	601.698
Resultado financeiro	(148.265)	13.069	241	(208.198)	91	(343.062)
Lucro operacional antes dos impostos	419.845	22.174	4.464	263.084	(450.931)	258.636
Imposto de renda e contribuição social	(141.769)	(2.959)	(874)	(2)	-	(145.604)
Resultado das operações continuadas	278.076	19.215	3.590	263.082	(450.931)	113.032
Lucro líquido do período	278.076	19.215	3.590	263.082	(450.931)	113.032
Acionistas não controladores	-	-	-	-	283	283
Acionistas controladores	278.076	19.215	3.590	263.082	(451.214)	112.749

**31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

## b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

## c) Transações que não envolvem caixa

No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia e suas controladas realizaram as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Adição	1.674	1.255	27.699	17.964
Conta Reserva – Poder Concedente	-	-	53.887	45.520

## Notas Explicativas

### 32. RISCO SACADO

O Grupo EcoRododovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de março de 2024, o valor consolidado é de R\$311 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 3ª emissão debêntures EcoRioMinas

Em 05 de abril de 2024, o Conselho de Administração da controlada EcoRioMinas, aprovou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, as quais foram objeto de distribuição pública, registrada perante a CVM sob o rito automático de distribuição e destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.

A emissão é composta por 400.000 (quatrocentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$400.000, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 340 (trezentos e quarenta) dias contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos serão utilizados na realização de investimentos no Sistema Rodoviário.

As referidas debêntures serão remuneradas à taxa de CDI + 0,40% a.a. A entrada dos recursos aconteceu em 18 de abril de 2024.

#### 6ª emissão debêntures – Ecosul

Em 02 de maio de 2024, o Conselho de Administração da controlada Ecosul, aprovou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R\$80.000, na data de emissão, pela controlada Ecosul, que será objeto de oferta pública de distribuição de debêntures, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, do artigo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº. 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada e das demais disposições legais regulamentares aplicáveis. A Oferta ainda não foi a mercado e as debêntures não foram objeto de distribuição, portanto, não houve a subscrição e a integralização das debêntures.

A emissão será composta por 80.000 (oitenta mil) debêntures, ao preço unitário de R\$1 (um mil reais), sendo que a data de vencimento das referidas debêntures, ocorrerá ao término do prazo de 549 (quinhentos e quarenta e nove) dias corridos, a contar da data de emissão.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 22 (d) às Informações Trimestrais, que descreve a natureza e as ações tomadas pela administração da Companhia em relação ao inquérito em andamento, bem como chamamos a atenção para a Nota 21 (c) que demonstra a intenção da administração na adesão ao processo de relicitação da concessão da Rodovia BR-101/ES/BA. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esses assuntos.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2024.

São Paulo – SP, 09 de maio de 2024.

Marcello Guidotti  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles  
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva  
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes  
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo  
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2024.

São Paulo – SP, 09 de maio de 2024.

Marcello Guidotti  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles  
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva  
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes  
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo  
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance